



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 140872 - MG (2021/0003326-0)

RELATOR : MINISTRO FELIX FISCHER
RECORRENTE : JOEL MENDES DE JESUS (PRESO)
ADVOGADO : THIAGO LUIZ VIGLIONI - MG173532
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
CORRÉU : JOEL LUIZ DE FARIAS

DECISÃO

Cuida-se de recurso em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por JOEL MENDES DE JESUS contra decisão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS (HC n. 1.0000.20.569958-0/000).

O recorrente foi preso em flagrante como incurso nos crimes previstos no art. 33, caput, da Lei 11.343/2006 e no art. 12 da Lei n. 10.826/2003. O flagrante foi convertido em prisão preventiva.

Sustenta, inicialmente, a ilegalidade da prova de mídia acostada aos autos, pois seria fruto de prática criminosa perpetrada por policiais militares no momento da confissão de terceira pessoa.

Defende a ausência de indícios de autoria pelos fatos criminosos, de modo que deve ser revogada sua prisão preventiva.

Ressalta que, no caso, é cabível a substituição do cárcere por outras medidas cautelares diversas da prisão.

Requer, liminarmente, a concessão da ordem para a fim de reconhecer a ilegalidade da prova ilícita (áudio) e o seu desentranhamento dos autos a fim de que o paciente possa responder em liberdade, com a consequente anulação do processo. Pleiteia ainda a revogação da prisão preventiva, para que possa responder em liberdade, ou subsidiariamente, a substituição da prisão por outras medidas cautelares diversas. No mérito, pugna pela confirmação da ordem.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito do recurso,

deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente